

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Karoline Lorang Christ

**DA HEGEMONIA EXTRARREGIONAL À DECOLONIALIDADE: desafios do Entorno Estratégico
Brasileiro**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Humanas. Orientador: Vicente Paulo dos Santos Pinto.

Juiz de Fora
2025

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Karoline Lorang Christ, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202372033A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Da Hegemonia Extrarregional à Decolonialidade: desafios do Entorno Estratégico Brasileiro**, desenvolvido durante o período de 10 de março de 2025 a 10 de julho de 2025 sob a orientação de Vicente Paulo dos Santos Pinto, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e/ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Karoline Lorang Christ

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserida após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

DA HEGEMONIA EXTRARREGIONAL À DECOLONIALIDADE: DESAFIOS DO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Karoline Lorang Christ¹

RESUMO

Este artigo tem como propósito investigar os desafios do Entorno Estratégico Brasileiro a partir da reorientação da política externa planejada nos anos 1990, que atuou por meio de perspectivas e anseios que serão, nesta pesquisa, interpretados pelo viés decolonial, devido à busca por maior autonomia e o confronto histórico por maior independência. O Entorno Estratégico Brasileiro, representação espacial prioritária na projeção internacional brasileira como grande potência influente do Atlântico Sul, varia na implementação de projetos dinâmicos de defesa, cooperação multilateral, prosperidade econômica e desenvolvimento estratégico-militar da Política Externa Brasileira. Entretanto, essa nova postura se confronta com as pressões extrarregionais — especialmente a crescente influência da China, intensificada a partir de 2013 com a Belt and Road Initiative — que impõem entraves à consolidação da influência nacional exclusiva sobre seus arredores. Para isso, a pesquisa adota um recorte temporal duplo: o período de 1990 a 2010, que contextualiza o surgimento da nova política externa e a tentativa de transpor os paradigmas eurocêtricos; e o intervalo de 2010 a 2025, no qual se analisam os desafios das influências internacionais sobre a projeção brasileira. A metodologia qualitativa e analítica, fundamentada na revisão sistemática da literatura, permite articular os fundamentos teóricos da decolonialidade com evidências práticas dos desafios do entorno estratégico. Consequentemente, tornou-se evidente que, apesar dos esforços para redefinir a posição internacional regional do Brasil por uma ótica decolonial, os desafios impostos pelo ambiente extrarregional permanecem como obstáculos significativos à plena afirmação do Brasil como uma hegemonia regional.

Palavras-chave: Contra-hegemonia. Decolonialidade. Potências Extrarregionais. Política Externa Brasileira. China.

1. INTRODUÇÃO

A história da geopolítica brasileira — desde o período colonial até o neoliberal — é marcada por longos ciclos de imposições de políticas hegemônicas de potências globais e seus interesses modeladores do sistema-mundo. O Brasil, tal como as nações sul-americanas, foi suprimido em sua autonomia, soberania, recursos e instituições políticas durante séculos devido ao resguardo daqueles que detinham o poder de controle da ordem internacional, desde Portugal, na colonização, até os Estados Unidos da América (EUA), com suas políticas imperialistas intervencionistas. Esse arquétipo historicamente formou o monopólio do poder mundial, criando supremacia militar e sistemas monetários que favorecem as “potências hegemônicas” em manter o *status quo* que as prioriza nos “jogos geopolíticos” (FIORI, 2013, p. 34). Em contrapartida, movimentos de não-alinhamento automático e emancipações político-econômicas pós-Guerra Fria possibilitaram a ascensão de novos modelos e anseios para a geopolítica brasileira, como a de superar a hegemonia extrarregional.

Ademais, o cenário internacional, caracterizado por mudanças dinâmicas de poder e interdependências complexas, exige uma reflexão crítica sobre como o Brasil tem se relacionado diante da intenção de um desenvolvimento mais autônomo, articulando-se em relação aos desafios impostos por potências extrarregionais na região (IBAÑEZ; WESTMANN, 2023; DAWOOD; SILVA, 2023). Portanto, a necessidade crescente de reformular a Política Externa Brasileira (PEB) na América Latina e em áreas de influência, como os países da costa ocidental da África, motivou a elaboração de políticas que buscaram reestruturar a atuação do Brasil, com a finalidade de fortalecer sua posição como uma potência regional (SANTOS, 2023).

A multiplicidade de questões transnacionais no mundo atualmente globalizado, como a procura por recursos naturais e áreas para investimento em inovação, segundo Ibañez e Westmann (2023), tornaram-se implementações elementares para a adaptação nas estratégias geopolíticas brasileiras. Diante dessa necessidade, a reorientação da PEB no século XXI passa a incorporar temáticas que podem ser interpretadas à luz de uma perspectiva decolonial (RODRIGUES, 2022).

Neste cenário, o Brasil, através da estratégia definida pelo conceito de Entorno Estratégico, procura estabelecer uma maior independência em relação ao modelo hegemônico constituído após a Segunda Guerra Mundial, historicamente caracterizado pela marginalização dos países em desenvolvimento (DAWOOD; SILVA,

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Vicente Paulo dos Santos Pinto.

2023; FIORI, 2013). Assim sendo, edificou-se o anseio de redefinição da posição internacional do Brasil, acompanhada pela criação de novos modelos cooperativos e pela formalização de acordos socioeconômicos que buscavam romper com paradigmas históricos, reelaborando a projeção global do país (DAWOOD; SILVA, 2023; IBAÑEZ; WESTMANN, 2023).

Para alcançar esse objetivo, segundo Fiori (2019) e Ballestrin (2013), foram implementadas diversas ações governamentais, associadas a movimentos sociais e à reformulação do pensamento político e institucional, possibilitando uma interpretação da política externa sob uma perspectiva de decolonialidade. Entretanto, a intensificação das pressões extrarregionais — notadamente a crescente influência da China, especialmente a partir de 2013 com a Belt and Road Initiative, conforme analisado por Haesbaert (2013) — vem impondo novos desafios à consolidação dessa autonomia, afetando diretamente as aspirações do Entorno Estratégico Brasileiro (VAZ, 2021).

Logo, analisar as dinâmicas de poder com as quais o Entorno Estratégico Brasileiro se formou se torna relevante devido ao crescente desafio de repensar as relações do Brasil com países vizinhos e com o sistema internacional em um mundo após a Guerra Fria, onde entraves estratégicos se mostram pertinentes devido a interesses político-econômicos de agentes extrarregionais no Atlântico Sul (IBAÑEZ; WESTMANN, 2023; FIORI, 2023).

Nesse sentido, a decolonialidade emerge como um conceito potencialmente transformador, propondo uma decolonização das relações de poder históricas e contemporâneas. Essa abordagem crítica reorienta a análise das estruturas de dominação que afetam países em desenvolvimento, muitos dos quais compartilham trajetórias marcadas pela subordinação a potências hegemônicas (RODRIGUES, 2022). O estudo da decolonialidade implica, portanto, em uma investigação da forma como a cultura, a economia e a política podem ser ressignificadas, permitindo, nesse caso, ao Brasil atuar de maneira mais assertiva diante de seus próprios interesses e emancipada da colonialidade do poder do sistema-mundo (SILVA; SUESS, 2019).

Por conseguinte, este artigo tem como propósito investigar os desafios do Entorno Estratégico Brasileiro sob a ótica da reorientação da política externa do país, destacando o confronto entre o histórico de dependência e a busca por autonomia por meio de uma perspectiva decolonial. Assim sendo, neste ensaio, são examinadas as intersecções entre a hegemonia extrarregional e as aspirações brasileiras de uma decolonialidade efetiva, destacando os desafios que emergem nesse contexto multifacetado.

Para alcançar esse propósito, a metodologia adotada é de caráter qualitativo e analítico, aprofundando-se em uma revisão sistemática da literatura, com foco em fontes centrais e dissertações. Com dois eixos temporais — de 1990 a 2010, para o entendimento da iniciativa do Entorno Estratégico e da decolonialidade; e de 2010 a 2025, para a análise dos desafios gerados pela constante hegemonia extrarregional —, a pesquisa propõe uma articulação entre os fundamentos teóricos da decolonialidade política do Brasil e as evidências práticas sobre os desafios persistentes do Entorno Estratégico, oferecendo uma perspectiva integrada sobre as transformações que vêm moldando a geopolítica brasileira.

Para atingir essa finalidade, o estudo visa, em sua primeira seção, contextualizar a nova postura decolonial adotada pelo país, destacando as principais iniciativas que romperam com os modelos históricos de dependência. Para tanto, é necessário fundamentar a intenção do Brasil de se afirmar como potência regional, esclarecendo as novas técnicas políticas e os comportamentos adotados — considerados contra-hegemônicos — a fim de destacar os fatores que contribuíram para o rompimento com a histórica dependência internacional anterior aos anos 1990. Em seguida, na segunda seção, deve-se analisar os movimentos sociopolítico-econômicos nacionais e internacionais cooperativos que respaldam e conceituam o entendimento da nova conduta da PEB como decolonial. Diante disso estabilizado, será possível ter os alicerces necessários para embasar os desafios enfrentados pelo Entorno Estratégico Brasileiro. Na terceira e última seção, tendo a influência chinesa como estudo de caso, serão apresentadas as evidências que demonstram os desafios mencionados, os quais se consolidaram de forma acentuada a partir de 2010 e se estendem até 2025, impedindo que as aspirações decoloniais do Entorno Estratégico Brasileiro prosperem.

2. NOVA POSTURA CONTRA-HEGEMÔNICA

Após os processos formais de independência dos países colonizados, as potências que tomavam para si o controle do *status quo* renovaram suas estratégias geopolíticas para adequar-se ao novo sistema mundial e manter o poder limitado em suas mãos, procurando diferentes maneiras de impor políticas hegemônicas (DAWOOD; SILVA, 2023). Consequentemente, a decolonialidade que despontava no século XX na América se

caracterizou pela luta contra uma contínua estrutura de dependência e vulnerabilidade econômica e política, herdadas do período colonial e imperialista, embora sob novas formas de controle e influências por potências externas.

Essa segunda conjuntura teve como marco a abolição da escravidão, que no Brasil culminou na Lei Áurea em 13 de maio de 1888, transformando profundamente as relações sociais internas, embora ocorrido em meio a crescentes pressões e interesses da Grã-Bretanha e Estados Unidos em manter mercados cativos para suas indústrias, adensando redes de crédito, investimento e tratados comerciais desiguais (LOCKHART; BUSHNELL, 2025). Platt (1980) interpreta a América Latina como área de enriquecimento do sistema capitalista mundial, sendo uma margem com potencial subserviente ao centro, causando dependência hegemônica. Posteriormente, derivados da Doutrina Monroe (1823), investimentos externos e a diplomacia do dólar culminaram e reforçaram a primazia norte-americana no domínio por bancos estrangeiros e o modelo militarista.

“As in the colonial period, the region was tremendously vulnerable to outside events and foreign nations. Although many Latin American elites profited from the new order, they ceded a degree of control over their countries to the industrializing economies of the North Atlantic.” (LOCKHART; BUSHNELL, 2025, seção The new order, 1850-1910)

Segundo Fiori (2013), a política externa brasileira “se submeteu à estratégia norte-americana” em totalidade desde a Segunda Guerra Mundial até a Guerra Fria, quando inclusive manteve apoio à política colonialista europeia na África (FIORI, 2013, p. 44).

Adiante, a postura de alinhamento automático aos Estados Unidos da América (EUA) foi permanente até sua primeira ruptura com Jânio Quadros e João Goulart que, com a Política Externa Independente (PEI), entre 1961 e 1964, inaugurou uma nova vertente marcada pela ampliação do comércio com os países do Terceiro Mundo. Entretanto, esta postura diferenciada foi abruptamente interrompida pelo golpe militar que instaurou novamente o alinhamento automático com os EUA e Portugal (SCHLICKMANN, 2017). Consoante Schlickmann (2017), como consequência do fracasso da PEI, o Brasil tomou uma posição de maior dependência dos EUA, levando à criação do projeto Diplomacia para Prosperidade durante o governo de Costa e Silva (1967-1969), que, em teoria, previa maior autonomia, mesmo que sem romper qualquer ligação com os EUA, mas buscando novos parceiros.

Assim, o projeto levou o Brasil a diversificar seus parceiros comerciais, se inserindo na dinâmica Sul-Sul. Mesmo que inicialmente de caráter econômico, a iniciativa torna-se um marco de redirecionamento diante do sistema monetário hegemônico internacional.

Com Médici (1969), o Brasil experiencia o programa Diplomacia de Interesse Nacional, assim iniciando o interesse de projetar-se como uma potência global e concluir a inserção mundial, mesmo que mantendo uma conexão tradicional e fortificada com os Estados Unidos e Portugal, regido por “rígidas ideologias e apego à cultura ocidental europeia” (SCHLICKMANN, 2017, p. 209). Uma nova modificação somente foi feita no governo de Geisel (1974-1979), diante do reconhecimento da independência das ex-colônias portuguesas de Angola e Guiné-Bissau por movimentos revolucionários, mesmo que frente à desaprovação dos EUA e da Europa, principalmente Portugal, que incidia uma pressão pela manutenção dos laços (SCHLICKMANN, 2017).

Derivado dessas sucessivas reformas nas parcerias internacionais brasileiras, o alinhamento automático e a dependência da hegemonia norte-americana tornaram-se diminutos nos anos subsequentes. Assim, com Sarney (1985-1990), a política externa visava maior autonomia, criticava o apartheid e concretizou, em 1986, o Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação (ZOPACAS) (SCHLICKMANN, 2017).

Após a criação da ZOPACAS, que objetivava evitar a proliferação de armas nucleares e a presença militar de países externos à região, a década de 1990 foi repleta de outras ações cooperativas de integração econômica, política, ambiental, cultural, social e de segurança que foram assinadas objetivando a integração das nações latino-americanas, se defender da ingerência transnacional e incentivar a cooperação regional autônoma (BRASIL, 2025). Dentro de outras iniciativas multilaterais sul-americanas, destaca-se o Mercado Comum do Sul (Mercosul), de 1991, em contínuo crescimento e implementação, havendo, também, outras ações de integração lançadas, como a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), de 1993, e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), de 1994 (MERCOSUL, [sd]).

Nesse sentido, o final do século XX destacou-se pelo cooperativismo entre os países subdesenvolvidos diante dos movimentos de emancipação política e econômica, como na “formação e aprofundamento de novos arranjos regionais”, blocos político-econômicos e reivindicação de fundamentos como o universalismo, a não intervenção, a autonomia, o pacifismo e o pragmatismo (KRAUSE, 2017, p. 152). Concomitantemente, o Brasil

destacou-se como pioneiro no multilateralismo com a fundação de ações de integração e cooperação internacional, enfatizando sua participação como parceiro.

“O Brasil é um dos fundadores do sistema multilateral, contribuindo com ideias e ações. Isso é frequente – e convenientemente – omitido pelas grandes potências ocidentais, permitindo-lhes deslegitimar as posições de países como o Brasil e manter o *status quo* que influencia sobre a governança global, concentrado no Atlântico Norte” (KRAUSE, 2017, p. 154).

Visando, portanto, a inversão da histórica dependência hegemônica, tornou-se opção viável e ansiada a criação de políticas externas de cooperação internacional com nações do entorno brasileiro, expansão de influência e integração econômica para alcançar uma maior autonomia e controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais (MIGNOLO apud SUESS; SILVA, 2019). Isso, em consequência, gerou a criação de novas visões de mundo, métodos de integração, avanço de técnicas e reformulações geopolíticas.

Dessa forma, a concepção de desenvolvimento de alianças multilaterais e redirecionamento a um novo modelo geopolítico brasileiro a partir de 1990, alinhou-se à PEB, constituindo o fundamento do Entorno Estratégico Brasileiro. Essa nova política se formou na intenção de aumentar a autonomia internacional brasileira, “elevando a capacidade de defesa de suas posições, em virtude de seu poder político, econômico e militar” (FIORI, 2013, p. 31), pretendendo tornar-se uma potência regional sobre suas esferas de influência.

Iniciando-se na primeira década do século XXI, a estratégia passou a ser integrada no Plano Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa em 2005 e 2008, objetivando ações diplomáticas e desenvolvimento político-econômico que implementassem a irradiação da influência e liderança brasileira por seu “entorno estratégico”. Esse inclui a América do Sul, aspirando um sistema contínuo de transporte, comunicação, defesa e crescimento político-econômico; a África Subsaariana, com aproximação diplomática, econômica e militar; a Antártida, em pesquisa científica; e a Bacia do Atlântico Sul, incluindo a plena integração da Bacia Amazônica e a Bacia do Prata, além do acesso à Bacia do Pacífico como meio de comércio, transporte e comunicação.

A conceituação de Entorno Estratégico Brasileiro varia entre projetos de defesa e desenvolvimento do campo estratégico-militar até políticas de liderança diplomática, prosperidade econômica e revolução histórica da PEB para melhor incrementar-se no cenário internacional e garantir sua influência no Atlântico Sul (DAWOOD; SILVA, 2023). Segundo Dawood e Silva, esta perspectiva é subsidiada pelo conceito de esfera de interesse, área que um Estado aspira influenciar e participar em diversos aspectos políticos e socioeconômicos. O Entorno Estratégico seria, portanto, uma representação espacial considerada prioritária para a projeção internacional do Brasil como uma grande potência (DAWOOD; SILVA, 2023).

Conforme Teixeira Júnior (2021), “a América do Sul, parte nuclear do Entorno Estratégico Brasileiro, situava-se historicamente como uma periferia, marginalizada nos modelos geopolíticos tradicionais” (TEIXEIRA JÚNIOR, 2021, p. 62) e, diante desta percepção, passaram a surgir na região interpretações geopolíticas diversas que contrastavam com os modelos eurocêntricos e norte-americanos. Assim, a nova postura da PEB projetava a criação de influência própria e repensava a inserção mundial, domínio político-econômico regional, integração e cooperação, defesa de seus recursos — como a Floresta Amazônica, as Bacias e as Zonas Econômicas Exclusivas — além da defesa de suas fronteiras, confrontando os desafios de instabilidade e entraves para o desenvolvimento, galgando autonomia funcional e tendo reconhecimento de potência sul-americana (TEIXEIRA JÚNIOR, 2021).

Consoante a Fiori (2013), devido à colonização latina e às disputas políticas entre países ocidentais na região, nunca houve uma definitiva discórdia entre os países sul-americanos pela hegemonia do continente contra as potências estrangeiras e sua tutela imposta.

Após o fim da Guerra Fria, os países latinos, quase em sua totalidade, assumiram o modelo neoliberal, o que gerou crises cambiais e uma posterior tomada de governos de ideologias de centro ou centro-esquerda no início do século XXI. Assim, a ressurgência de políticas desenvolvimentistas, nacionalistas ou socialistas capazes de modificar o rumo da PEB e priorizar a integração continental e o cooperativismo multilateral regional como anseio de crescimento generalizado, opondo-se ao intervencionismo externo, foi priorizada. Fiori (2013) indica que este movimento geopolítico favoreceu o aumento de poder e liderança brasileira na América do Sul, além de subsidiar a nova postura com a criação do Entorno Estratégico Brasileiro e o processo contínuo de integração regional.

Conseqüentemente, a nova postura brasileira é detentora de um ativismo diplomático e participação ativa em ações de defesa de seus interesses de integração do continente nos últimos vinte anos, ainda que isso não signifique possibilidade de competição com a potência norte-americana (FIORI, 2013). Entretanto, neste período, por meio de envolvimento na expansão e administração de grupos como o Mercosul e atuação pacificadora em conflitos regionais, o Brasil caracteriza uma mudança de postura em relação ao seu poder decisório, influente e autônomo no continente em relação às articulações norte-americanas (FIORI, 2013).

Ainda, Fiori (2013) novamente destaca que o sucesso de crescimento desenvolvimentista, autônomo, decolonial e soberano da América Latina é intrinsecamente relacionado e dependente da nova postura brasileira sobre seu entorno, sob o anseio de construção de um sistema regional e coletivo de aliados estratégicos para sua influência.

“A construção desse caminho alternativo supõe a existência de uma coalizão de poder com capacidade de sustentar um projeto de expansão econômica e de afirmação geopolítica até a consolidação de posições irreversíveis, incluindo a construção de uma nova hegemonia ideológica, dentro do Brasil e da América do Sul” (FIORI, 2013, p. 40).

Entretanto, o Brasil se depara com uma complexa gama de desafios para a concretização de suas pretensões. Oscilações na política externa brasileira causadas por mudanças na gestão interna ao longo dos anos, direção das elites sobre os interesses e delimitação de objetivos estruturados para o longo prazo foram interferências negativas à consolidação da nova política externa na geopolítica brasileira (FIORI, 2013).

Ademais, Carvalho, Medeiros Filho e Vaz (2021) destacam que há a contínua “intensificação da competição estratégica entre grandes potências” (CARVALHO; MEDEIROS FILHO; VAZ, 2021, p. 110) com a projeção de seus interesses hegemônicos no contexto sul-americano e também nos demais 33 países incluídos no Entorno Estratégico Brasileiro, resultando em influências hegemônicas e presença militar. Tal panorama desafia os anseios brasileiros de deter autonomia, independência e soberania sobre seu entorno, evitando a interferência direta e indesejada de potências extrarregionais. Não obstante, Vaz (2021) completa que conflitos e instabilidade na América Latina, como o narcotráfico e uma eventual corrida armamentista, acarretam, também, impactos sobre os planos do Entorno em desenvolvimento e influência regional.

Adicionalmente, um dos maiores desafios para a ascensão do Brasil a uma nova posição de liderança regional ou global no sistema internacional, segundo Fiori (2013), reside na construção de ideologias, coordenações e de uma “vontade estratégica” dotada de consistência e permanência. Essa construção deve ser capaz de formar consensos duradouros sobre os objetivos internacionais entre agências estatais, atores sociais, políticos e econômicos. Trata-se, portanto, de um processo que deve ocorrer de maneira singular, decolonial e enraizada no contexto histórico e político brasileiro. Essa trajetória não deve estar subordinada à lógica de um suposto “destino manifesto”, característico da geopolítica clássica.

Nesse sentido, a projeção internacional brasileira pode convergir com alianças estratégicas e táticas com potências emergentes — como é o caso do grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) — buscando um crescimento que equilibre a inserção em alianças externas com o fortalecimento de um protecionismo regional. O objetivo seria galgar posições no imperativo sistema interestatal capitalista, ainda que sob uma perspectiva orientada à autonomia (FIORI, 2013, p. 50).

3. COOPERATIVIDADE DECOLONIAL NO ATLÂNTICO SUL

A conjuntura internacional de imposição de poder foi atrelada a um novo padrão de modernização, mas com outra dimensão, ainda implicador da dependência econômica, desigualdade social e intervencionismo estatal, tendo o interesse em atuar no “atraso” sistêmico de países em “subdesenvolvimento” (LENOIR; FERREIRA; RESCHKE, 2023, p. 6). Assim, a perspectiva de “capitalismo dependente”, acerca de uma ideologia desenvolvimentista, é reconhecida como fator central na criação da dependência econômica, sociocultural e política, perpetuando estruturas sociais de um sistema global estabelecido a favor do *status quo* (FERNANDES apud LENOIR; FERREIRA; RESCHKE, 2023, p. 4). Portanto, para que um país se adeque ao modelo “moderno”, tornaria-se necessário banir tradições políticas, econômicas e culturais “da memória coletiva e da vida material” consideradas arcaicas (LENOIR; FERREIRA; RESCHKE, 2023, p. 5).

Por conseguinte, a imposição cultural e política herdada do histórico neoimperialista – “regida pelo modelo norte-americano de sociedade, que, por sua vez, é reprodutor obstinado dos valores europeus” (LENOIR

FERREIRA; RESCHKE, 2023, p. 10) — passou a ser reinterpretada pela conjuntura decolonial a partir do período final da Guerra Fria. Assim sendo, o setor social, cultural e intelectual apresentou transformações significativas a partir de uma epistemologia decolonial, que pressupunha a análise crítica e inversa dos modelos constituídos socialmente por premissas hegemônicas e irrefutáveis da ordem internacional, construída em ideologias de padrões de desenvolvimento e progresso empregados pela modernidade (LENOIR, FERREIRA; RESCHKE, 2023).

O desenvolvimento da perspectiva decolonial na América Latina ocorreu como um movimento epistemológico e crítico no início do século XXI. Tendo seu ponto nascente na década de 1990 com o Grupo Modernidade/Colonialidade, foi formado por intelectuais latinos que visavam rever os modelos hegemônicos de sociedade, assim como as consequências presentes da colonialidade, do eurocentrismo e do imperialismo norte-americano, em busca de rupturas com a colonialidade do poder. (SUESS; SILVA, 2019). Este conceito busca, primeiro, “denunciar a continuidade das formas coloniais de dominação após a independência desses países” e “trazer à memória processos históricos intencionalmente apagados ou deformados pelo discurso da modernidade” (SUESS; SILVA, 2019, p. 11).

Ademais, o posicionamento da América no sistema-mundo foi amplamente discutido pelo movimento, derivado do pensamento decolonial da pluralidade de vozes e caminhos políticos, em negação à modernidade única de padrão europeu e norte-americano. Segundo Suess e Silva (2019), trata-se de reivindicar que a modernidade também pode ser resultante da valorização de seu entorno plural, apropriada por outros movimentos, sujeitos e espaços: é requerer pela “constituição de um ego individual diferenciado” e latino-americano (SUESS; SILVA, 2019, p. 7).

Assim, a percepção decolonial tornou-se intrínseca à formulação de uma geopolítica moderna propriamente sul-americana, tendo a cooperação Sul-Sul como destaque do movimento da nova “geopolítica decolonial” entre os mais desfavorecidos do sistema internacional, buscando práticas de benefício mútuo e solidariedade (GRAY; GILLS apud RODRIGUES, 2022).

Segundo Rodrigues (2022), essa nova epistemologia vigora na criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), de 2010, visando a construção de um novo mecanismo de concertação política e integração, assumindo, posteriormente, como base do Grupo do Rio (1986) — um mecanismo de consulta dos países democráticos latinos e caribenhos — e da Calc (2008) — que objetiva fortalecer os laços regionais de integração entre Estados do Caribe e América Latina, pela primeira vez sem tutela externa (RODRIGUES, 2022). Conforme o autor, essas iniciativas demarcam uma geopolítica decolonial por tentativa de criar fóruns integrados e reflexões imbuídas na complexidade e multiplicidade dos Estados membros, formando um pensamento político coletivo decolonial. Fundamentalmente, a Celac proporciona diálogos de diplomacia multilateral e unanimidade de voto com poder de veto igualitário, construindo uma decolonialidade político-estratégica comum, formulando uma “identificação de uma nova regionalização” (RODRIGUES, 2022, p. 158).

Adicionalmente, a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), criada em 2008, também tem um papel decolonial ao buscar estabelecer um ambiente de colaboração em políticas públicas, economia e cultura entre os países membros. O objetivo é erradicar as desigualdades socioeconômicas, promover a inclusão social e a participação cidadã, além de consolidar a soberania regional e a democracia. Além disso, havendo colaboração com o Mercosul, visa-se fomentar a formulação de um pensamento crítico, com a participação popular no "Novo Consenso do Sul" (RODRIGUES, 2022, p. 158).

O Mercosul, por sua vez, passou por uma mudança de postura no final da década de 1990 e início do século XXI, influenciado por políticas contra neoliberais, tal como dinamização de estratégias adequadas a cada um dos membros, devido à ampla diversidade, prevendo um esforço conjunto para o desenvolvimento. Ou seja, segundo Rodrigues (2022), propiciava uma geopolítica decolonial favorecendo os países sul-americanos por meio da autonomia estratégica (RODRIGUES, 2022).

Assim, a partir da busca por cooperação regional, integração político-social, reconhecimento das particularidades nacionais — cultura, sociedade, recursos naturais e sua aplicabilidade ao desenvolvimento e à inovação —, e considerando o histórico hegemônico sobre as Américas, a perspectiva política decolonial aplicada ao Brasil passou a desempenhar um papel central na formulação de novos direcionamentos para a PEB. Evidências desses posicionamentos podem ser observadas na defesa de uma integração regional ampliada através de blocos como a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que buscaram fomentar a solidariedade e o desenvolvimento socioeconômico de forma autônoma. Além disso, a priorização de políticas que abrangem a América do Sul, o Atlântico Sul, os países africanos lindeiros e a Antártica refletem um

projeto de projeção de poder menos eurocêntrico e mais multipolar. Esses novos rumos visavam ampliar a autonomia do país, por meio da defesa de posturas e propostas próprias, desvinculadas da lógica de um único modelo de modernidade no sistema internacional (SUESS; SILVA, 2019). Tal abordagem passou a priorizar a multiplicidade e a multilateralidade no âmbito da decolonialidade, em consonância com os anseios e diretrizes do Entorno Estratégico Brasileiro.

4. DESAFIOS HEGEMÔNICOS CHINESES DO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

A história da PEB apresentou, como citado anteriormente, intenções de maior autonomia desde o início da república, tendo os anseios devidamente direcionados à consolidação dos objetivos da política do Entorno Estratégico. Entretanto, mesmo com tentativas de reversão do epistemicídio e a valorização de saberes e identidades diversas na construção de uma geopolítica decolonial — vezes atingida pela cooperação multilateral Sul-Sul e desenvolvimentos autônomos —, novos agentes externos crescentes no cenário internacional tomaram as rédeas da hegemonia latino-americana e sul-atlântica, apresentando novos desafios para a consolidação da autonomia brasileira amplamente desejada (SANTOS, 2023).

O século XXI tem apresentado-se como palco de reconfiguração do tabuleiro geopolítico mundial, introduzindo novas peças fortes e sistemáticas na influência do cenário internacional. O destaque mantém-se concentrado na atuação chinesa que, alinhada a interesses geoeconômicos e geoestratégicos em busca de recursos naturais, tal como petróleo e gás, torna sua atuação cada vez mais assertiva e engajada por todo o globo, causando mudanças significativas nos eixos de poder internacional (SANTOS, 2023).

“A ascensão da China como potência global é um fenômeno muito recente e acelerado. Até o início do século XXI, a China não se configurava nem entre as cinco maiores economias do planeta, nem mesmo havia se urbanizado” (IBAÑEZ; WESTMANN, 2023, p. 417-418).

Teixeira Júnior (2021) detalha que a competição entre as grandes potências, como EUA e China, expandiu-se geograficamente e o Entorno Estratégico Brasileiro está sendo paulatinamente reconfigurado como um "terceiro tabuleiro estratégico" nessa disputa global (TEIXEIRA JÚNIOR, 2021, p. 67). Isso significa que as dinâmicas de segurança da região podem ser "capturadas" por uma lógica externa de rivalidade hegemônica, na qual a América Latina e o Caribe se tornam palco de "pressão e contrapressão", com a China utilizando países como Venezuela, Cuba e Nicarágua para se projetar e balancear os EUA em sua retaguarda estratégica (TEIXEIRA JÚNIOR, 2021, p. 56).

Em 2013, a China criou a Belt and Road Initiative (BRI), projeto que promete o desenvolvimento e a expansão econômica chinesa que hoje já alcança 149 países (IBAÑEZ; WESTMANN, 2023). Esse programa contém forte ênfase em economia digital, responsabilidade da Digital Silk Road, iniciativa que é componente de destaque da BRI. Diante destes projetos, a China engendrou múltiplos acordos cooperativos de desenvolvimento, investimento e empréstimos no exterior, propondo fortalecer suas alianças internacionais, gerar dependências econômicas e firmar o vertiginoso e contínuo crescimento expansivo (SANTOS, 2023). Essa necessidade surge na China devido à sua abstenção de subsídios suficientes no território para suas aspirações energéticas, levando à dependência de importação de petróleo e de alimentos para o exponencial crescimento populacional chinês, além do interesse de aumento dos mercados consumidores de produtos *Made in China*, sendo esses obstáculos internos e motivadores de filiações externas (SANTOS, 2023).

Nesse sentido, o Atlântico Sul é lembrado com principal relevância para a prosperidade de uma rota mundial de comércio e via de comunicação marítima, tornando-se alvo do apetite chinês como “espaço essencial para a construção e implementação de redes globais de comunicação”, imprescindível para a economia digital e transição energética, o que justifica investimentos externos em infraestrutura (SANTOS, 2023, p. 2). As regiões inclusas do Entorno Estratégico Brasileiro seriam, portanto, fonte de insumos para a formulação e manutenção da expansão chinesa.

Desta forma, a influência chinesa acentuada a partir de 2010, estendida até 2025, adquire extrema relevância na discussão da PEB, demonstrando renovada potência detentora de forças hegemônicas interessada no controle da região, um locus de recursos naturais estratégicos. A disputa por jazidas de petróleo, cobalto, ferro, manganês, urânio, nióbio, grafeno e outros torna o Atlântico Sul zona de extrema projeção de poder e, devido a expansões das esferas de interesses, passam a se fazer presentes no século XXI bases militares chinesas na região (SANTOS, 2023).

Países africanos são um exemplo da ostensiva expansão chinesa, ocorrendo via promoção comercial, militar, investimentos em infraestrutura como portos e canais de escoamento e defesa estratégica (SANTOS, 2023). Segundo Santos (2023), esse alinhamento a uma lógica geopolítica extrarregional hegemônica, principalmente militar, pode comprometer a capacidade do Brasil de definir e perseguir seus próprios interesses e uma "grande estratégia" autônoma (SANTOS, 2023).

O eixo africano, pertencente ao conjunto do Entorno Estratégico Brasileiro, assim como assimilado desde 1986 pela criação da ZOPACAS, torna-se ameaça e enfraquecido, tendo em vista que a China mantém fortes alianças econômicas e militares com países africanos componentes do tratado brasileiro, como Angola, Senegal, São Tomé e Príncipe, Nigéria e Namíbia (SANTOS, 2023). Estes países, capturados por outros acordos e modelos de desenvolvimento dependente e interferência militar chinesa, impõem a base dos desafios brasileiros para fortalecer um cooperativismo decolonial contra-hegemônico e contrariando o objetivo brasileiro de manter o Atlântico Sul livre de uma presença militar extrarregional ostensiva. Ademais, a percepção da perda de liberdade de ação do Brasil em sua área de influência desejada, especialmente com o esvaziamento de arranjos regionais como a UNASUL, é agravada pela presença chinesa (TEIXEIRA JÚNIOR, 2021).

Outrossim, os espaços atualmente ocupados pela propagação chinesa são vistos como ameaça pelos EUA aos seus interesses hegemônicos, reduzindo sua influência e poderio que anteriormente era absoluto e de alinhamento automático (TEIXEIRA JÚNIOR, 2021). A reconfiguração do tabuleiro geopolítico e a inserção dos componentes militares chineses nas áreas de influência que anteriormente eram unicamente controladas pelos EUA, segundo Santos (2023), abrangem níveis quantitativos e qualitativos da vida no espaço subatlântico, desde econômico até político e cultural, introduzindo o Entorno Estratégico Brasileiro em um jogo de disputas de poder hegemônico chinês, sobrepunando a influência norte-americana (SANTOS, 2023).

Os EUA, segundo Ibañez e Westmann (2023), tiveram uma reação tardia ao crescimento exponencial chinês, permitindo a ascensão geopolítica que hoje se estende ao globo inteiro (IBAÑEZ; WESTMANN, 2023). Adicionalmente, segundo Santos (2023), os norte-americanos, ao reconhecerem a ameaça chinesa, reagiram, iniciando frotas militares para a defesa da América do Sul, visando manter o simbolismo e o status de superpotência única no continente. A China, ultrapassando esses limites, alarga suas influências até a Antártica (SANTOS, 2023).

Em estudo de caso específico, como a criação do *South Atlantic Inter Link*, pela *Huawei Marine Co*, em 2018 — composto de 6.000 metros de cabos de fibra óptica submarinos que ligam Camarões, em Kribi, ao Brasil, em Fortaleza — foi financiado pela BRI para a implementação de redes de intercomunicação, o 5G, consolidando a presença chinesa em todo o Atlântico Sul no setor tecnológico. Assim, essa proeminência econômica e política da China disputa o espaço que o Brasil historicamente almeja como palco para seu desenvolvimento de potência regional com projeção de influência.

Embora haja uma cooperação bilateral diversificada com a China, como em áreas de infraestrutura, transporte, energia, turismo, educação, cultura, dentre outros, além da extensa e forte parceria comercial, o cenário de uma corrida armamentista global e a expansão de tecnologias como o 5G implicam desafios para a soberania tecnológica e a capacidade de dissuasão do Brasil (IBAÑEZ; WESTMANN, 2023; TEIXEIRA JÚNIOR, 2021). Ademais, a cooperação estratégica da China com a Argentina na área espacial é outro exemplo de projeção de poder que afeta o balanço regional e os interesses brasileiros (TEIXEIRA JÚNIOR, 2021).

O Brasil, que visa por meio da Política do Entorno Estratégico Brasileiro alargar sua escala de interesses, oportunidades e influências, visando sua consolidação como potência regional, além do domínio completo dos recursos e exploração de sua fonte de riqueza, reconhece com preocupação a instabilidade das disputas hegemônicas por potências extrarregionais em seu entorno. A estratégia brasileira baseada em cooperativismo multilateral decolonial e regional visa impedir conflitos e prevenir ameaças causadas por potências estrangeiras na região, o que conclui a potente expansão chinesa como um imperativo delicado e enorme desafio aos anseios brasileiros sobre sua postura contemporânea da PEB (IBAÑEZ; WESTMANN, 2023). Ademais, segundo Ibañez e Westmann (2023), incertezas sobre a PEB nos últimos anos foram fundamento de mais desafios no processo de inserção internacional do Brasil, tendo a relação com a China como prova evidente, devendo não ficar restrito ou subordinado a ela em meio aos problemas emergentes (IBAÑEZ; WESTMANN, 2023).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou delinear um panorama da reorientação da PEB sob a perspectiva da decolonialidade, investigando os desafios impostos ao Entorno Estratégico Brasileiro em sua busca por

autonomia e projeção de poder regional por meio de revisão bibliográfica. A trajetória geopolítica do Brasil, historicamente marcada por ciclos de imposições hegemônicas de potências globais desde o período colonial, culminou em séculos de delimitação de sua autonomia e recursos, primeiramente por Portugal e, posteriormente, pelos Estados Unidos da América (EUA) com suas políticas imperialistas intervencionistas.

A pesquisa evidenciou que, a partir dos anos 1990, e impulsionada por movimentos de não-alinhamento automático e emancipações político-econômicas pós-Guerra Fria, a PEB começou a se reestruturar com o objetivo de superar a hegemonia extrarregional e fortalecer sua posição como uma potência regional. Iniciativas como a criação da ZOPACAS e a participação ativa na fundação e aprofundamento de arranjos regionais como o Mercosul refletiram uma nova postura pautada no cooperativismo multilateral e na defesa do universalismo, não-intervenção e autonomia.

Isto posto, essa mudança de postura, interpretada sob a ótica da decolonialidade, conforme analisado por Rodrigues (2022) e Suess e Silva (2019), visava uma ruptura com os paradigmas eurocêntricos e uma ressignificação da cultura, economia e política brasileira, permitindo uma atuação mais emancipada da colonialidade do poder do sistema-mundo. Assim, a Unasul e a Celac são bons exemplos de movimentos para a consolidação dessa busca por um pensamento político multilateral decolonial e uma nova regionalização sem tutela externa (RODRIGUES, 2022; SUESS; SILVA, 2019).

Entretanto, a análise demonstrou que, apesar dos consideráveis esforços para redefinir sua posição internacional regional por uma ótica decolonial, os desafios impostos pelo ambiente extrarregional contemporâneo permanecem como obstáculos significativos à plena afirmação do Brasil como uma hegemonia regional. O estudo de caso da crescente influência da China, intensificada a partir de 2013 com a Belt and Road Initiative (BRI), expôs como esse novo agente extrarregional reconfigura o tabuleiro geopolítico mundial, transformando o Entorno Estratégico Brasileiro em um "terceiro tabuleiro estratégico" de disputa global. A busca chinesa por recursos naturais, sua expansão econômica e tecnológica — exemplificada pelo South Atlantic Inter Link e pela projeção de bases militares na região — impõe entraves diretos à consolidação da influência nacional exclusiva do Brasil sobre seus arredores, especialmente no Atlântico Sul e em países africanos que compõem a ZOPACAS (SANTOS, 2023; TEIXEIRA JÚNIOR, 2021).

Em conclusão, o artigo, ao articular os fundamentos teóricos da decolonialidade com evidências práticas dos desafios do Entorno Estratégico, demonstrou que a ambição do Brasil de se tornar uma potência regional e de romper com os modelos históricos de dependência confronta-se com a contínua intensificação da competição estratégica entre grandes potências na região.

Ademais, a expansão da China e a conseqüente reação dos EUA introduzem novas dinâmicas hegemônicas que desafiam os anseios brasileiros de deter autonomia, independência e soberania sobre seu entorno. O sucesso da projeção internacional brasileira converge com a necessidade de construção de uma "vontade estratégica" dotada de consistência e permanência, capaz de formar consensos duradouros sobre seus objetivos internacionais e de navegar por um sistema interestatal capitalista complexo, ainda que sob uma perspectiva orientada à decolonialidade (IBÁÑEZ; WESTMANN, 2023).

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política (11), 89–117, 2013. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas> . Acesso em: 2 de junho de 2025.

CARVALHO, Guilherme Otávio Godinho de; MEDEIROS FILHO, Oscar; VAZ, Alcides Costa. **Geopolítica brasileira e o sentido da defesa na América do Sul**. In: VAZ, Alcides Costa (org.). **O Brasil e os desafios à estabilidade no entorno estratégico brasileiro: disputa hegemônica, conflitos e violência**. Brasília, DF: Trampolim Editora e Eventos Culturais Eirelli, 2021. Cap. 3.

COSTA, Murilo Gomes da. **O Atlântico Sul na reconfiguração do entorno estratégico brasileiro**. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DAWOOD, Layla; SILVA, Antonio. **O conceito de entorno estratégico brasileiro: um diálogo entre as geopolíticas, prática e formal.** Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 10, n. 1, p. 141-165, jan.-jun. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/377378595_O_conceito_de_entorno_estrategico_brasileiro_um_dialogo_entre_as_geopoliticas_pratica_e_formal. Acesso em: 16 fev. 2025.

FIORI, José Luís. 2013. **“O Brasil e seu ‘Entorno Estratégico’ na primeira década do século XXI.”** Em 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma, editado por Emir Sader. São Paulo: Boitempo.

HAESBAERT, Rogério. **China: nova dinâmica global-fragmentadora do espaço geográfico.** In: HAESBAERT, Rogério (Org.). Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2013. p. 113-136.

IBAÑEZ, Pablo; WESTMANN, Gustavo. **Ásia: Geopolítica, política externa e a projeção do Brasil em direção à Ásia.** In: AZEVEDO, Daniel; NOGUEIRA, Ricardo (Org.). **Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática.** 1. ed. Brasília: Editora Terra Escrita, 2023. p. 411-439

KRAUSE, Felipe. **Cooperação para o desenvolvimento internacional: O Brasil especifica uma agência para o desenvolvimento internacional?** Em: WESTMANN, Gustavo (org.). **Novos comentários da Política Externa Brasileira.** São Paulo: Editora Contexto, 2017. p. 149–175.

LAGO BURNETT, Frederico. **Itinerários decoloniais e os desafios da desobediência epistêmica na América Latina: a bússola crítica de Raul Zibechi.** **Revista de Políticas Públicas**, v. 28, n. 1, p. 274-279, 2024. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321178617016>. Acesso em: 9 abr. 2025.

LENOIR, Luciana; FERREIRA, Maria da Luz Alves; RESCHKE, Maria Janine Dalpiaz. **Desconstrução dos ideários capitalistas de desenvolvimento e modernização na América Latina: uma perspectiva crítica decolonial.** Revista TOMO, São Cristóvão, c. 42, e17841, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21669/tomo.v42i>. Publicado em: 10 de janeiro de 2023. Dossiê: Teorias Críticas Decoloniais.

LOCKHART, James; BUSHNELL, David. **History of Latin America: The New Order, 1850–1910.** Encyclopaedia Britannica, 8 de maio de 2025. Disponível em: https://www.britannica.com/place/Latin-America/The-new-order-1850-1910?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 11 de maio de 2025.

MERCOSUL. **Mercado Comum do Sul**, [sd]. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/>. Acesso em: 19 de maio de 2025

PLATT, D. C. M. **“Dependency in Nineteenth-Century Latin America: An Historian Objects.”** Latin American Research Review, v. 15, n. 1, pág. 113–130, 1980. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2503095>. Acesso em: 11 de maio de 2025.

RODRIGUES, Bernardo. **Geopolítica decolonial latino-americana no sistema internacional: as experiências contra-hegemônicas no século XXI.** Revista Reorient, v. 2, n. 1, p. 149-168, 2022.

SANTOS, Mario A. **A expansão geopolítica chinesa no Atlântico Sul e suas implicações para o Brasil.** Revista de Geopolítica, v. 14, n. 4, p. 1-14, out.-dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.29327/2283050.14.4-5>

SCHLICKMANN, Mariana. **Divisão África: como diretrizes da política externa do Brasil para o continente africano durante a ditadura militar do Brasil (1964–1985).** Cadernos de Campo, Araraquara, n. 23, pág. 203–216, jul./dez. 2017. E-ISSN 2359-2419.

SUESS, R. C. ; SILVA, A. de S. (2019). **A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia.** Geografia Ensino & Pesquisa, 23, e7. <https://doi.org/10.5902/2236499435469>. Acesso em 16 abr. 2025.

TEIXEIRA JUNIOR, Augusto W. M.. **Mackinder vai aos trópicos: o Entorno Estratégico Brasileiro como tabuleiro geopolítico.** In: VAZ, Alcides Costa (org.). **O Brasil e os desafios à estabilidade no entorno estratégico brasileiro: disputa hegemônica, conflitos e violência.** Brasília, DF: Trampolim Editora e Eventos Culturais Eirelli, 2021. Cap. 2.

VAZ, Alcides Costa. Estabilidade no entorno estratégico brasileiro: panorama e perspectivas. In: VAZ, Alcides Costa (org.). **O Brasil e os desafios à estabilidade no entorno estratégico brasileiro: disputa hegemônica, conflitos e violência.** Brasília, DF: Trampolim Editora e Eventos Culturais Eirelli, 2021. Cap. 1.